

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **Folha de Texto Definitivo**, a presença de qualquer marca identificadora nos espaços destinados à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **30,00 pontos**, dos quais até **1,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

-- PROVA DISCURSIVA (P₃) --

Parecer

A indústria Alfa, fabricante de equipamentos de informática, celebrou contrato de compra e venda de um lote de duzentos computadores com o município X, que destinaria os bens ao uso das escolas de sua rede pública de ensino. Os produtos saíram do estabelecimento industrial com a regular emissão da nota fiscal e o destaque do imposto sobre produtos industrializados (IPI). Durante o transporte, contudo, antes da entrega ao adquirente, metade da carga foi roubada, tendo sido entregue ao município X apenas a metade restante. A autoridade fiscal competente, por considerar ocorrido o fato gerador do imposto com a saída dos produtos do estabelecimento industrial, lavrou auto de infração para exigir o IPI sobre a totalidade do lote. A indústria Alfa impugnou o lançamento, tendo sustentado a não incidência do imposto sobre as mercadorias roubadas. O município X, por sua vez, requereu o afastamento integral do IPI incidente sobre a operação, ao argumento de que, na condição de adquirente dos bens e de ente político beneficiário da imunidade tributária recíproca, não poderia suportar o encargo econômico do imposto.

Considerando a situação hipotética apresentada, redija um parecer acerca da exigibilidade do IPI no caso em apreço, à luz do disposto na Constituição Federal de 1988 e no Código Tributário Nacional (CTN), bem como do entendimento consolidado no STJ e no STF.

Ao elaborar seu parecer, atenda ao que se pede a seguir.

- 1 Indique a competência e o fato gerador do IPI, conforme previsto no CTN, quando se trata de mercadoria vendida por estabelecimento industrial. [valor: 2,00 pontos]
- 2 Esclareça se a ocorrência do roubo de parte da mercadoria nas condições narradas na situação tem repercussão sobre a incidência do IPI no caso em apreço. [valor: 12,00 pontos]
- 3 Discorra sobre a abrangência da imunidade tributária recíproca do município X, considerando a distinção entre contribuinte de direito e contribuinte de fato. [valor: 12,00 pontos]
- 4 Apresente a conclusão pertinente quanto à manutenção ou ao cancelamento do auto de infração na situação. [valor: 2,50 pontos]

Dispense a ementa e o relatório. Não crie fatos novos.

PARECER – RASCUNHO 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

PARECER – RASCUNHO 2/2

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	RASCUNHO
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	